

ENTRE EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS: A ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIRO DE SANTA CATARINA (1875-1895)

THIAGO DE OLIVEIRA AGUIAR*

ALGUNS APONTAMENTOS E INDÍCIOS

No dia 21 de dezembro de 1885, apresentou-se na Escola de Aprendizes Marinheiro, o menor Angelo, trazido por sua mãe, Joanna Maria Toledo. Assim que apresentado, a instituição solicitou os exames de saúde e, no dia seguinte constatou-se a aptidão do menor para servir. Além de sua aprovação física confirmada por inspeção, 100 mil réis foram concedidos como forma de recompensa à mãe do menor, no entanto, a mãe abriria mão da quantia em favor da formação de uma caixa de pecúlio para o próprio filho. Outros registros de menores voluntários podem ser observados em ofícios expedidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros, para o presidente da província de Santa Catarina na década de 1880, contudo, não somente pais levavam menores para prestarem serviço à Armada, mas também juízes de órfãos, tutores e tutoras, e os próprios menores procuravam a instituição sem algum tipo de vínculo tutelar.

Dado o fenômeno¹, o alistamento de alguns jovens de forma voluntária à Escola de Aprendizes-Marinheiros, quais os elementos que podem ajudar a compreender a essência desse mesmo fenômeno? Para dar início a essa investigação, se propõe pensar as expectativas criadas em relação a essa instituição nas últimas décadas do império e, como essas mesmas expectativas podem ter influenciado na articulação de táticas² por

* Graduado Pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ Segundo Karel Kosik, o cotidiano dos seres humanos é marcado por uma série de fenômenos regulares, imediatos e evidentes. Esse cotidiano constitui aquilo que o autor chama de pseudoconcreticidade, ou seja, uma série de elementos identificáveis, porém, pouco aprofundados ou conhecidos somente em sua superficialidade. Para ter um conhecimento mais apropriado sobre esse ambiente e os fenômenos que nele ocorrem, o autor propõe a descoberta da essência desses fenômenos, essência que se encontra em uma relação dialética com o próprio fenômeno. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

² É a partir desta procura pela instituição por parte destes sujeitos, que se sugere uma leitura da Escola de Aprendizes-Marinheiros como um local de tática dos mesmos. Entende-se aqui a tática como um meio usado por indivíduos que não detêm o poder dominante (estratégico) de determinado contexto e, articulam suas perspectivas a partir de mobilizações de forças que surgem nas “falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”. Para se



parte da população desterrense. Com a intenção de responder essa questão, se requer inicialmente a investigação dos projetos institucionais, tanto da Marinha do Brasil, como dos governantes da província de Santa Catarina na segunda metade do século XIX.

Para a maturação da hipótese lançada, situa-se uma leitura a priori em relação ao papel da Escola de Aprendizes-Marinheiros em seu tempo e espaço e, posteriormente, elucubra-se sobre algumas visões articuladas em relação à Escola por algumas autoridades daquele contexto da segunda metade do século XIX. A essas visões em relação à Escola, por uma bibliografia já produzida, são importantes para evidenciar os projetos em torno da EAMSC³, por parte de autoridades políticas e militares.

O decreto nº 2.003, de 24 de outubro de 1857 criava a Escola de Aprendizes Marinheiro de Santa Catarina. O surgimento dessa instituição, assim como, uma série de outras Companhias de Aprendizes Marinheiros a partir da década de 1840, visou o reaparelhamento das forças navais brasileiras, tanto no que concerne ao aumento de seu pessoal, como de novas políticas institucionais voltadas para aspectos estruturais e tecnológicos, chegando ao número de 17, segundo o que consta nos Relatórios Ministeriais da Marinha dos anos de 1880/1881⁴.

No contexto oitocentista, a escola estava inserida numa sociedade que se articulava principalmente através das relações de exportação e importação de mercadorias em seu Porto⁵. Comércio, existente por este espaço portuário e urbano, foi marcado pela atuação de diversos sujeitos: homens e mulheres de origens africanas (sujeitos escravizados, libertos e livres), uma elite formada por comerciantes, funcionários civis e militares. Essa cidade Portuária marcada pela presença de sujeitos diaspóricos, sofreu também os impactos da segunda metade do século XIX com os processos de modernização, pautados pela remodelação e delimitação entre centro e periferia, a higienização e ordenamento dos espaços públicos. É nesta conjuntura da modernização que se consolida a EAMSC.

aprofundar nas categorias de tática e estratégia, *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

³ Sobre a trajetória Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, ver obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. 2, editora Lunardelli, 1979. (Pag. 334).

⁴ Os Arquivos Ministeriais variavam desde questões econômicas, estratégias de expansão estrutural, até planos de crescimento do contingente da força naval.

⁵ Sobre Desterro, suas relações comerciais e sociais, ler MORTARI, Cláudia e AMORIM, Fábio. *Tecendo vínculos e construindo vidas na Diáspora. Desterro/Florianópolis 1850/1880*. Tal discussão encontra-se na obra *Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora*. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2014.



Se os planos de urbanização e modernização visavam tornar a cidade um lugar mais salubre e ordeiro, de fato essas agendas deveriam focar nos sujeitos considerados pelas autoridades da época desajustados em meio a este projeto: vadios, prostitutas e crianças abandonadas. Neste último caso, a Casa dos Expostos⁶ já desempenhava na primeira metade do século XIX, o papel de recolher os recém-nascidos. A EAMSC surge em um contexto posterior, no entanto, o estado enxergaria nessa instituição a possibilidade de disciplinarização e ordenamento tão bem quisto por essa ideia de modernização⁷, visão que perduraria mesmo após o fim do Império. Mas, desde a década de 1880, o poder provincial buscava atender a uma das demandas da Armada em relação à Escola no sentido de refutar a ideia desta como um lugar de correção, ainda que seus pilares fossem baseados na hierarquia e disciplina.

Para tal evidenciação de uma visão por parte das autoridades daquele contexto, Velôr Pereira Carpes da Silva buscou explicitar através de documentos referentes às sessões da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, as dificuldades da instituição em levantar voluntários para a Escola:

Convencido, também, dessa necessidade, esta Presidencia há recommendado aos Juizes de Orphãos a remessa de menores nas condições da lei para serem alistados, e ainda em 23 do mez findo dirigi, uma circular neste sentido áquellas autoridades. Infelizmente, porém, poucos são os menores que têm sido enviados para serem allí admitidos, continuando assim com grandes claros a dita companhia⁸.

Velôr Pereira identificou determinada cobrança por parte do estado em relação às autoridades públicas, no que concerne um maior empenho no recolhimento de jovens para servir à EAMSC. A visibilidade dessa pressão em reordenar os espaços públicos, pode ser reforçada pela análise da estrutura dos relatórios de província dos presidentes

⁶ Sobre a institucionalização do abandono dos recém-nascidos em Desterro, ler a obra de Henrique Pereira Oliveira, intitulada *Os filhos da falha – Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)* – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

⁷ Sobre os processos de modernização que ocorreram no final do século XIX Desterro, depois Florianópolis, consultar a obra do historiador Hermetes Reis de Araújo intitulada, *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1989. Pag. 90-94.

⁸ Discurso de Antônio Gonçalves Chaves, abriu a 1ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 6 de outubro de 1882 – p. 27 (APESC). Análise de excerto a partir da dissertação de Velôr Pereira Carpes da Silva.



na segunda metade do século XIX. Eis alguns tópicos frequentes nestas documentações: tranquilidade pública, instrução pública, culto público, saúde e socorros públicos, cadeias e casas de prisão, defesa e segurança pública, estatística criminal e civil, mapa de movimento da população por nascimento, óbitos e condições, obras públicas, iluminação da capital, etc. Ou seja, esses tópicos revelam toda uma agenda estatal voltada para organização e higienização dos espaços de convivência, para o letramento de uma parcela restrita da população, e o afastamento de elementos que destoavam das reformas empreendidas.

Os relatórios dos presidentes de província podem sugerir algumas demandas das organizações administrativas da província de Santa Catarina, no entanto, algumas questões devem ser destacadas. A primeira delas diz respeito ao tópico específico que começaria a fazer parte do relatório em relação à EAMSC. Esse tópico só pode ser observado a partir do relatório do presidente Carlos Augusto Ferraz em 1869, ou seja, houve um hiato de 11 anos para que o documento oficial da província pudesse abrir espaço à instituição de ensino militar. Posteriormente, Velôr Carpes indicou que na década de 1880, segundo o relatório do presidente Theodoretto Carlos de Faria Souto, a escola apresentava um duplo caráter, “uma instituição de caridade e um viveiro excelente para nossa armada”⁹. Se de fato o presidente da província afinou seu relatório com o objetivo de sensibilizar seus pares políticos e os homens que compõem a estrutura do estado, um ponto importante no que se refere a esse projeto modernizador, diz respeito aos discursos que estavam dentro de uma mesma agenda, mas que eram projetados de maneiras diferentes, ainda que na prática satisfizesse os poderes hegemônicos daquele contexto.

A fala do presidente Theodoretto Carlos, assim como de seus pares, a priori evidencia uma maior preocupação com o caráter “caridoso” da EAMSC, já que o principal objetivo da classe política era limpar suas ruas. Por outro lado, como se articulava a EAMSC em meio a um projeto de modernização que sugeria um caráter correcional para si mesma? Até que ponto a alcunha prejudicou seus projetos? Que outras possibilidades poderia ofertar para tornar-se mais atrativa? Para tentar responder essas questões, se faz necessário analisar também as práticas do dia-a-dia e aquilo que a

⁹ Relatório do presidente Theodoretto Carlos de Faria Souto, enviado a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1883, p. 71 – APESC.



marinha poderia ofertar aos menores aprendizes. A partir da interpretação desses elementos, se pensa mais uma contribuição para o objetivo central desse trabalho inicial.

Segundo o Decreto nº 9.371, de 14 de fevereiro de 1885, o dia-a-dia da Escola era guiado por duas questões principais: a formação dos aprendizes-marinheiros e a manutenção e funcionamento da instituição. No primeiro caso, a formação se dava em dois grandes módulos: o ensino *elementar e profissional*¹⁰, nos quais se podem elencar possibilidades para os voluntariados da Escola de Aprendizes: a aspiração social a partir do letramento, a importância de dominar as práticas de um ofício em tempos de incertezas em relação à instituição da escravidão e as más condições da tutela, ou mesmo por questões de sobrevivência.

Pretendendo entender as possíveis expectativas relacionadas à EAMSC, necessita-se, também, investigar o contexto histórico do Brasil que passava por acentuadas modificações no âmbito político, econômico e social. Os movimentos que colaboraram para uma pretensa expectativa em relação à EAMSC, podem também ser pensados em três grandes eixos: o novo status da carreira militar no final do império, as influências do abolicionismo e a modernização da Marinha do Brasil.

Em relação ao primeiro ponto, um vulto histórico será importante para a reelaboração, ou ao menos o germe das reflexões acerca das necessidades de reforma da Marinha do Brasil, assim como, o seu papel político do dentro do Império: A Guerra do Paraguai. Se o mesmo evento é considerado pela própria Marinha de Guerra, como o maior ato de *provação guerreira* (RMB, Pag. 89, 2006), de fato o dispêndio de tecnologia e força, e a formulação de uma imagem que posteriormente consolidaria os patronos da instituição, relegaram ao lugar da invisibilização as reivindicações¹¹ ensaiadas pelo próprio corpo de Imperiais Marinheiros no contexto referido.

¹⁰ A alfabetização, as operações matemáticas, o conhecimento geográfico do litoral brasileiro, e a doutrina cristã era o que dizia respeito ao ensino elementar. Já o ensino profissional referia-se a questões voltadas especificamente para o ofício de marinheiro, como o manuseamento de armas, ordem unida, conhecimentos sobre as nomenclaturas militares, entre outras atividades de ordem técnica.

¹¹ O Decreto 1.456 de 1854, rechaçado pelos Imperiais Marinheiros por aumentar o tempo de serviço, possibilitou a elaboração de uma petição com o consentimento de seus superiores hierárquicos, o que gerou não só uma quebra de consenso entre as redes de poder dessa conjuntura, como também constatou a necessidade de reformas dentro do serviço militar. Para aprofundar-se no movimento das praças na segunda metade do século XIX, ler o artigo de José Miguel Arias Neto intitulado, *Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos Imperiais Marinheiros pela Conquista dos Direitos. História: Questões & Debates, Curitiba*, n. 35, 2001.



Se em um plano as agruras da carreira militar evidenciavam determinadas reivindicações, no que diz respeito às disputas políticas, sobretudo, no Exército, as questões se colocavam de maneira mais acirrada ainda. Os descontentamentos com as promoções da carreira militar, assim como, uma tendência “progressista” de oficiais mais jovens em relação ao abolicionismo, principalmente, após a Guerra do Paraguai, desdobraram em embates entre militares e políticos, o que possibilitou discussões acerca da renovação da própria carreira militar¹².

Um segundo eixo, visando à investigação da hipótese de interpretações plurais acerca da imagem e papel da Escola de Aprendizes Marinheiro de Santa Catarina, diz respeito aos desdobramentos do abolicionismo. A imprensa, nas últimas décadas inseriu-se em um contexto onde *a instituição do Poder Moderador, as práticas políticas e eleitorais e a escravidão tornavam-se alvos de muitas críticas e polêmicas* (RAMOS, Pag. 91, 2005). A Gazeta de Notícias no Rio de Janeiro era um desses periódicos que abordava temas ligados à política e seu cotidiano, de um modo bastante impetuoso e irreverente.

Outro espólio do abolicionismo refere-se aos dispositivos jurídicos lançados, entre eles, talvez o mais impactante na segunda metade do século XIX, a Lei do Ventre Livre¹³. O direito do sujeito escravizado de poder possuir uma caixa de pecúlio, e a possibilidade deste comprar sua própria liberdade a partir dos fundos arrecadados eram pontos discutidos antes mesmos da implementação da Lei de 1871. Esses dispositivos jurídicos são elementos importantes para problematizar o conceito a valorização com relação ao trabalho das crianças livres¹⁴.

¹² Sobre a readequação dos militares no espaço político da segunda metade do século XIX, e os aspectos que os diferenciavam do oficialato da primeira metade do século XIX, ler artigo de Ernesto Seidl intitulado, Elites militares, trajetórias e redefinições políticos institucionais (1850-1930). *Revista de Sociologia e Política*. vol.16 nº 30, Curitiba, Junho, 2008.

¹³ Sobre as significações da Lei do Ventre Livre, assim como, a construção do significado de liberdade na segunda metade do século XIX, ler a obra de Sidney Challoub intitulada, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁴ A tutela, além de firmar sua legitimidade a partir de um discurso de incapacidade das populações indígenas, e de africanos livres e libertos de exercer sua cidadania, na segunda metade do século XIX foi uma importante ferramenta para a manutenção de vínculos entre senhores e filhos e filhas de escravos e libertos. Para se aprofundar na temática, ler a obra de Patrícia Ramos Geremias, *Ser “ingênuo” em Desterro: lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2005.



Por fim, o terceiro ponto que possibilita contribuir para o entendimento do contexto e, que se soma aos fatores já referidos nessas mudanças do final do Império, diz respeito à necessidade de modernização da Armada, sobretudo, na virada da década de 1880 para 1890:

O advento da República não foi promissor para a Marinha. Politizou-se, deflagrou uma revolta inexpressiva, mal conduzida, durante oito meses, com muito sangue derramado que a destruiu materialmente e criou cisão na oficialidade. (RMB, Pag. 92, 4º T, 2006)

Essa politização referida pela Revista Marítima Brasileira, pode ser observada também a partir de duas demandas importantes da Armada: a busca de uma modernização de suas estruturas e a tentativa de completar seus quadros, este, um antigo problema da instituição. No que se refere à primeira, lançou-se preocupações enquanto aos tipos de formações que os aprendizes-marinheiro deveriam receber conforme os avanços técnicos da força. Apontando os direcionamentos globais das Marinhas, evidenciaram-se também, necessidades de readequação do soldo, reformulação e intensificação das práticas de artilharia e torpedo e, por fim, a própria manutenção de uma arte de marinhagem, sendo que o próprio Almirante e Ministro, Custódio Mello se colocava em direção oposta à Escola moderna. As discussões acerca dos aspectos econômicos, técnicos e de ensino, já tinha espaço entre alguns oficiais da Armada, desde a Guerra do Paraguai e, se desenvolveu mais ainda com o advento da República e as políticas apresentadas pelo Ministério da Marinha¹⁵.

Todos estes elementos: os relatórios provinciais de Santa Catarina, a readequação de estrutura da Marinha do Brasil, um paradigma envolto por uma ideia de modernização, são elementos que fazem parte de uma narrativa que buscará compreender as expectativas articuladas em torno da EAMSC nas últimas décadas do Império.

¹⁵ A nacionalização da cabotagem, a criação de escolas de pilotos e de maquinistas nos portos brasileiros, e as reformas das Escolas de Aprendizes de Marinheiros, seja do ponto de vista da formação técnica, como do ponto de vista da formação educacional. (RELATÓRIO MINISTERIAL, 1893).



BIBLIOGRAFIA FINAL

ARANTES, Erika Bastos. Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. AZEVEDO; CANO; CHALHOUB; CUNHA (Orgs.). **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado, 1989.

ARIAS NETO, José Miguel. **Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos Imperiais Marinheiros pela Conquista dos Direitos.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 35, 2001.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro.** Florianópolis: Lunardelli. 1979.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. **Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX.** Itajaí: Casaberta, tese de doutorado. 2008.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova história militar brasileira.** eBook. 2004.

CERTEAU, Michel. Primeira parte - Fazer com usos e táticas. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade.** Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP. v. 14, nº 26, 1º semestre 2009.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Políticas de ações negativas e aspirações de famílias negras pelo acesso à escolarização na província do Maranhão no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 20, p. 73-104, maio/ago. 2009.

DIAS, Maria Odila Silva Dias. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Proj. História**, São Paulo, (17), nov. 1998.

GEREMIAS, Patrícia Ramos. **Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2005.



GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica e prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Sinais: raízes de paradigma indiciário. Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KOSELLECK, Reinhardt. **Passado, Futuro: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. Projeto História.** São Paulo, PUC, n. 16, Fevereiro, 1998.

LINS, Mônica Regina Ferreira. **Viveiros de “homens no mar”:** Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910). Tese de Doutorado: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Gisele. **Escreveu, não leu, o pau comeu - A Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 11, 2010.

MARINHA. Periódico (Brasil). I. Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. **Revista Marítima Brasileira – 4º Trimestre/2006.**

MORTARI, Claudia (Org.). **Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora.** Itajaí: editora Casa Aberta, 2014.

_____. **Os africanos de uma Vila Portuária do Sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850.** Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Do convés ao porto: A experiência dos marinheiros e a revolta de 1910.** Tese de Doutorado. Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Henrique Pereira Oliveira. **Os filhos da falha – Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887).** Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.



OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)**. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. Anais **do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da Monarquia: a série “Balas de Estalo”. CHALHOUB; NEVES; PEREIRA (Orgs.). **História em cousas miúdas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições políticos institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**. vol.16 nº 30, Curitiba, Junho, 2008.

SILVA, Velôr Pereira Carpes da. **A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889**. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

XAVIER, Regina Célia Lima. Biografia e História: o que Mestre Tito pode nos ensinar sobre o passado?. **História Social (UNICAMP)**, v. 24, 2013.

_____. **Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, 1994.